

Histórias de identidades num assento rural

Luca, Mônica Maria Barbosa Leiva de

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Luca, M. M. B. L. d. (2002). Histórias de identidades num assento rural. *ETD - Educação Temática Digital*, 4(1), 10-31.
<https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-104957>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more Information see:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

HISTÓRIAS DE IDENTIDADES NUM ASSENTAMENTO RURAL

Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca

Resumo: Este artigo está baseado num estudo desenvolvido junto à comunidade de um assentamento rural, sobre as identidades sociais que foram sendo produzidas na vivência dos processos de constituição desse grupo específico. Procuramos tratar aqui o conceito de identidade pautado em Larrosa (1998), através da relação de alteridade cuja constituição do “eu” acontece em relação com o “outro” mediada pelos valores, pela história e pela cultura.

Palavras-chave

Identidades sociais; Constituição; Determinações e diálogo

Abstract: This article to base in study developing next to one rural community, about social identity to developing in formation that group. We to treat Larrosa's idea of identity, transversely to difference relation between "self" and "other" formation intercede to value, history and culture.

Keywords

Social identity; Formation ; Determination and dialogue

*“Arde nos olhos a fumaça do camará
Zumbindo enxame de abelhas negras invade
túmpans, provoca medo, ao longe o triste
pipilar da narceja e a invasão do sol
incandescente pelas frestas faz poesia na
humilde barraca de lona preta.” Elias Elliot*

Saindo da pista, deparei-me com uma estrada de terra ladeada por enormes eucaliptos que desenhavam o percurso e apresentavam o campo: uma velha estação ferroviária desativada, amarela, grafitada... Um lago azul escuro e brilhante refletindo o céu e o tímido sol que teimava em romper as pesadas nuvens da chuva de há pouco. Algumas construções de alvenaria, outras de madeira, alguns barracos de lona preta.. Longe a fumaça da carvoaria riscava a paisagem. O cheiro forte da vegetação, o clima fresco... Crianças brincando por toda parte. O coração batia forte em descompasso, pela emoção diante da novidade. Eu chegava pela primeira vez naquele espaço¹ com uma porção de idéias

¹ Minha inserção em campo se deu por conta da minha participação em um grupo interdisciplinar de extensão universitária, que teve no Assentamento de Vergel seu espaço de atuação. O objetivo do trabalho era integrar os processos educativos formais e não-formais que tinham lugar no Assentamento. Esse trabalho contou até 1999 com o apoio da PREAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP, e com a orientação da Profa. Dra. Lise Roy – Faculdade de Ciências Médicas/UNICAMP. Continuei em campo, após esse período e por mais dois anos, em atividades de pesquisa em Iniciação Científica, com o apoio do PIBIC-CNPq, sob orientação da Profa.

sobre o que iria ver, cheia de perguntas, sedenta por imagens, por rostos, por histórias... Já se vão quase quatro anos desde esse momento e agora é possível contar um pouco da trajetória dessas pessoas simples, e ao mesmo tempo tão cheias de riquezas, de saberes, de vida.

A abordagem que darei a essas histórias, neste ensaio, está baseada no estudo que desenvolvi junto à comunidade do Assentamento “12 de Outubro” do Horto de Vergel em Mogi-Mirim/SP², sobre as identidades sociais que foram sendo produzidas na vivência dos processos de constituição desse grupo específico.

Procuro tratar aqui o conceito de identidade longe de uma visão homogeneizadora, fechada naquilo que ao identificar, enquadra, categorizando... Parto do princípio de que não há uma identidade totalizadora, mas identidades que se afirmam através de múltiplas

Dra. Maria da Glória M. Gohn – Faculdade de Educação/UNICAMP.

² Embora o nome formal do Assentamento seja “12 de outubro”, ao longo deste texto utilizarei o nome de Vergel, por ser esta a forma como os próprios sujeitos assentados, as comunidades de Mogi-Mirim e Itapira, bem como os diferentes agentes sociais com os quais o assentamento se relaciona, assim o identificam.

determinações, tanto nas que aproximam os indivíduos, como naquelas que dialogam com sua forma de ser, e interpelam essa forma de ser, a partir de uma outra, diferente.

Minha compreensão sobre o assunto é pautada em Larrosa (1998), que trabalha as questões de identidade sempre pela relação de alteridade que é inerente à sua produção. A constituição do “eu” acontece em relação com o “outro” mediada pelos valores, pela história, pela cultura³. São as semelhanças e as diferenças que determinam o pertencimento. Essa é uma relação facilmente percebida no cotidiano de Vergel. Aproximações e afastamentos ditam a tônica das dinâmicas do grupo, na medida em que as pessoas interagem, que desempenham seus papéis...

UM POUCO DA HISTÓRIA DO GRUPO

A comunidade assentada de Vergel realizou sua construção, enquanto

movimento social de luta pela terra, contando com o suporte logístico e orientação sindical da CUT-CONTAG, de grupos de apoio e associação de moradores de algumas cidades da região de Campinas. Embora inspirados nas experiências dos Assentamentos de Sumaré I e II, organizados pelo MST, o grupo de Vergel não pertencia a esse movimento, mas contava com o apoio de alguns de seus líderes na fase inicial de sua organização.

Esse é um dado importante, que marca a construção da singularidade desse grupo, uma vez que, sendo um movimento social rural desvinculado do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em pleno final da década de 90, período do auge das discussões e ações sobre a questão da Reforma Agrária no país, a comunidade do Assentamento de Vergel estabeleceu uma diferenciação dos modos de agir e de pensar suas práticas, não necessariamente no sentido de fazer contraponto ao MST, mas de marcar sua identidade própria.

A participação política do grupo aconteceu a partir do envolvimento de seus integrantes em discussões nas associações

³ Utilizo a conceituação de Gusmão (1999) “A cultura faz-se em acontecimento, rotina e ruptura, parte do revestimento mais de superfície da sociedade, mas também seu cerne, a parte profunda que a constitui como emoções, hábitos, sentimentos, representações e conflitos. Assim, para o sujeito social, a cultura é e representa a experiência vital de seu tempo e de seu espaço em termos de si mesmo e do outro” (p.47).

de bairro a que pertenciam, sobre as injustiças sociais sofridas por trabalhadores, empregados ou não, das periferias urbanas das cidades de Campinas, Hortolândia, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu e Conchal. Muitos integravam as populações carentes, excluídas do mercado formal de trabalho ou em condições precárias de sobrevivência. Foi um processo rápido o de aglutinação para a ocupação, orientados por lideranças sindicais que se encarregaram da organização da população.

A escolha da área do Horto de Vergel para a ocupação foi uma decisão política do grupo que a organizava, justamente por ele se localizar entre dois centros urbanos: Mogi-Mirim e Itapira, e ser de propriedade do Governo do Estado de São Paulo. Segundo alguns depoimentos, na história de Mogi-Mirim, há cerca de 50 anos, o Horto de Vergel era o lugar de passeio de finais de semana das famílias de classe média da cidade, que se reuniam para apreciar a natureza, pescar e fazer piqueniques junto ao lago. Essa característica turística transformou-se quando as terras foram destinadas à antiga Mogiana (Companhia Mogiana de Estradas

de Ferro). Para a fabricação dos dormentes para os trilhos de trem, a empresa resolveu plantar eucaliptos em parte da extensão do horto. Desde essa época, o horto já não se caracterizava mais como uma área de preservação ambiental, uma vez que a exploração da madeira já era uma prática comercial comum. Em 1971, a Mogiana foi incorporada pela FEPASA – Ferrovias Paulista S.A., que deu continuidade a essa atividade de extração de madeira. Na época da ocupação, a FEPASA estava sendo transferida do Governo do Estado de São Paulo para o Governo Federal e sendo incorporada pela RFFSA, e o terreno do horto cedido a um consórcio de empresas, que continuava a prática de exploração da madeira.

A ocupação aconteceu no dia 12 de outubro de 1997, após um período de 7 meses de organização do movimento. Na ocasião, 250 famílias ocuparam a área. Hoje, passados quatro anos dessa ocupação, são 79⁴ famílias, vivendo no

⁴ Devido às dificuldades impostas pelas condições de vida, trabalho e sustento, como também ao processo seletivo realizado pelo ITESP, boa parte dessas famílias foram deixando o Vergel durante esses três anos. No final de 1998 eram 112 famílias, em 1999, 96 e no fim de 2000, 80 famílias assentadas. Essa evasão de pessoas é um fato comum nas ocupações dos movimentos de luta pela Reforma Agrária. Essas pessoas desistem no meio do percurso dadas as difíceis

Assentamento. A legalização de ocupação para Assentamento ocorreu porque a questão agrária estava nas pautas do governo do Estado, que se preparava para o processo eleitoral, buscando a reeleição. Não havia interesse em manter embates com grupos de movimentos sociais, tampouco dar visibilidade às difíceis condições de vida da população excluída, que vive no campo. As negociações ocorreram com mais 10 outras ocupações em Hortos, algumas já bastante antigas, tiveram sua resolução em 1998. Vergel se beneficiou desse processo, legalizando-se como Assentamento rural após pouco tempo de reivindicações e ações com esse objetivo.

condições de vida em uma ocupação: a fome, o frio, a chuva, a falta de condições para o trabalho, a ausência de uma formação para o convívio em coletividade, a ausência de qualquer tipo de conforto... Os períodos vivendo nessas condições podem ser muito longos. Nem todas as pessoas estão preparadas para enfrentar esse tipo de situação. Embora atualmente o número oficial de famílias do Assentamento seja de 79, há um movimento que demonstra o crescimento de agregados às famílias assentadas, já que com a distribuição dos sítios para a produção, essas famílias começam a trazer seus filhos, irmãos, parentes em geral para juntar esforços no trabalho. Essas pessoas agregadas, embora não tenham “a posse da terra” se integram plenamente ao trabalho junto aos seus, à dinâmica e ao convívio do Assentamento de Vergel. Para muitas pessoas, esse é um processo de aproximação com uma nova forma de vida: o trabalho no campo.

A CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO DE COMUNIDADE

No início da ocupação, as famílias ainda não se conheciam propriamente. Também não conheciam o espaço do horto. Muitos ainda não tinham a experiência de atividades comunitárias. A ocupação para a maioria daquelas pessoas era um movimento novo, inusitado e carregado de significados importantes e contraditórios: a esperança de uma melhor condição de vida, a angústia do desconhecido.

Os primeiros meses de ocupação foram muito difíceis para a maioria dessas pessoas, pois a fome estava muito presente. As famílias sobreviveram por algum tempo da solidariedade dos movimentos sociais, de grupos religiosos ou organizações civis das comunidades de Mogi-Mirim e Itapira, além de uma parca ajuda em cestas básicas cedidas pelo Estado, que tinham péssima qualidade e pouca quantidade, segundo depoimentos.

As pessoas não podiam abandonar seus barracos, sob pena de perderem a oportunidade de integrar a ocupação. Não havia trabalho no horto, que estava tomado de eucaliptos. A comunidade também não estava autorizada a mexer na madeira. Minha inserção no campo se deu ainda

nesse momento de adaptação das pessoas à nova realidade e ao novo ambiente e eu sou testemunha desse sofrimento.

Mas esse período também foi bastante importante no sentido de constituição da sociabilidade dos integrantes do grupo, que para viabilizar suas existências estreitaram os laços de solidariedade e desenvolveram os sentidos de coletividade nas dinâmicas da comunidade. As atividades da cozinha coletiva no início da ocupação talvez tenha sido, segundo a fala de muitas pessoas, o fator de integração mais importante do grupo.

Com o passar do tempo e a ampliação dos canais de negociação com a comunidade urbana, com a Prefeitura de Mogi-Mirim, com o apoio técnico do ITESP⁵ e o suporte oferecido pelas redes de relações dos movimentos sociais, a comunidade foi superando algumas dificuldades e iniciando seus projetos, especialmente aqueles voltados à produção.

A realidade do Assentamento hoje é a da luta pela sua viabilização econômica.

⁵ Instituto de Terras do Estado de São Paulo, então órgão estatal, atualmente fundação, responsável pelos assentamentos rurais de reforma agrária do Estado.

Nesse período, foram formados grupos de trabalho para o plantio de alimentos, que começa a garantir o sustento de parte da comunidade. Com a divisão dos lotes, cerca de 45 famílias⁶ que já tiveram seus terrenos destocados, já estão realizando a cultura de sobrevivência, através da plantação de hortas, criação de porcos, cabras e/ou galinhas, plantando mandioca, arroz e feijão, entre outros itens, em seus “sítios”⁷.

Além disso, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento montou uma fabriqueta de óleo de eucalipto que, embora já produza o óleo, ainda não consegue colocar toda sua produção no mercado. As famílias que integram esse grupo de trabalho já conseguem garantir algum retorno financeiro do projeto. Outras atividades estão em desenvolvimento no Assentamento: a produção de carvão e o

⁶ Muitas famílias ainda não puderam iniciar a produção familiar, pois parte dos lotes sorteados encontra-se “no verde”, ou seja, em locais ainda não liberados para desmatamento. No momento de escrituração deste texto, há uma negociação com o Estado para que essa liberação aconteça.

⁷ O termo “sítio” é normalmente utilizado pelos assentados de Vergel. Na relação com assentados de outros espaços, o termo mais corrente é “lote”. Numa primeira análise, é possível identificar no termo sítio uma conotação ou um “status de pequenos

projeto de apicultura são alguns exemplos. Há um projeto sendo pensado no sentido de transformar a região do convívio do Assentamento em espaço turístico e de venda da produção de Vergel.

“... Todos somos um pouco Ulisses, um pouco Cristo, um pouco Sócrates (...) Talvez os homens não sejam outra coisa que um modo particular de contarmos o que somos.” LARROSA (1998)

OS SUJEITOS DE VERGEL

No caso específico da comunidade de Vergel, algumas regularidades imprimem a forma de percepção desse processo de produção de identidades: as histórias de vida, os movimentos de migração rural-urbano-rural, o trabalho, a experiência da precarização de vida e de exclusão social, a inserção no movimento social, a participação sócio-política e a educação no movimento.

A produção de sentidos decorrente desses processos acontece no movimento de fluxo e refluxo das experiências dessas pessoas, que por vezes reflete certa ambigüidade de

posição. São sujeitos sociais que, mesmo tendo origem rural, construíram suas trajetórias de vida no meio urbano, formaram-se para o trabalho na cidade, em sua maioria para o trabalho nas indústrias, nas linhas de produção. No caso das mulheres, nos setores de serviços: limpeza, enfermagem, pagens etc. Essa formação realizou-se a partir de paradigmas urbanos.

Mas, essas mesmas pessoas possuem também a experiência de participar de um movimento social, que lhes convoca a lutar por seus direitos de cidadãos, a combater as injustiças sofridas. O movimento social de luta pela terra produz um discurso socialista, tem propostas de trabalho cooperativo a realizar-se num ambiente rural.

O caráter educativo⁸ do movimento social também fornece importantes elementos para significação das experiências desses sujeitos. Ser sujeito de Vergel implica a vivência e a significação de todos esses movimentos.

proprietários” presentes nos referenciais de classe média.

⁸ Para aprofundar reflexões sobre movimentos sociais, cultura política, cidadania e participação sócio-política, sobre o caráter político e educativo dos movimentos e processos educativos não-formais, vide Gohn (1994, 1997 e 1999).

CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO DE GRUPO: O DIÁLOGO COM “OS OUTROS”

A comunidade de Vergel se organiza mais ou menos pelos mesmos marcos de identificação em que se ordena e divide a sociedade contemporânea: por sexo, por idade, por profissão, por credo, por filiação política ou ideológica. Ricas, complexas e cheias de imbricações, essas divisões não são encerradas e estanques, mas relacionais, e produzem subjetividades⁹.

Na construção da história coletiva do Assentamento, no movimento de produção de uma “identidade social de grupo”, os integrantes do Assentamento procuram se aproximar de seus semelhantes, numa estratégia de sobrevivência.

Pertencer¹⁰ à comunidade não apenas cria um referencial comum, identificando-os ao

novo contexto, como também fortalece esses sujeitos na relação com a sociedade mais ampla - formada de “não-assentados”, que podem ou não nomeá-los, estigmatizá-los, estabelecer diferenças, discriminá-los.

Para a comunidade, a questão da identidade/alteridade se concretiza a partir dos diálogos que trava com esses “não-assentados”, ou seja, com as comunidades urbanas, com os diversos agentes sociais e políticos, bem como com os discursos e representações que são produzidos sobre o “ser sem-terra”, sobre movimentos sociais, e sobre o próprio sentido de cidadania que possuem.

A comunidade de Vergel tem, na relação com a sociedade mogiana, uma múltipla e contraditória “identidade”. Por um lado, representam um grupo minoritário que não compartilha com o restante da comunidade a mesma história, os mesmos valores, ou seja, estão na comunidade na condição de

⁹ Compreendidas como processos de identificação dos sujeitos pela aquisição de significados sociais, produzidos através das interações com outros sujeitos, pelas representações e valores que possuem, de determinações sócio-políticas, de práticas sociais, bem como através de discursos que perpassam suas experiências.

¹⁰ Koubi (2000) considera que o pertencimento é o resultado da aceitação ou não, de indivíduo que deseja ser incluído, pelo grupo que inclui: “pertencimento a um grupo não é decidido pelo indivíduo, não é algo da ordem dos sentimentos pessoais... não deriva do sentimento vivenciado pelo indivíduo. Ele se constata, como constata o

assentimento do grupo em relação a alguém que quer, que pretende se juntar ao mesmo... O sentimento de pertencimento exprime a integração no grupo, ou o abarcamento do indivíduo por ele” (p.6) Portanto, não basta querer integrar: é preciso ser acomodado no grupo, ser aceito. Essa aceitação ou não pode processar-se de diferentes maneiras, e está sempre localizada nas tramas de relações de forças, de assentimentos que têm por base o poder de quem o exerce.

excluídos dos códigos do grupo. Por outro lado, representam o novo que não se tem como expurgar, um grupo com potencialidade de consumo, um grupo que vota, e portanto, seleciona, elege: participa.

No processo de socialização, esses indivíduos vão descobrindo ou construindo certos mecanismos de adaptação, de modo que sua posição de "diferentes", possa dialogar com os outros indivíduos enquadrados dentro da "normalidade"¹¹ daqueles que não são os transgressores do estabelecido pelo sistema... Um desses mecanismos, é o de buscar identidade tanto em um grupo - aquele com o qual compartilha sua vivência diária, o grupo do movimento social, como com o outro grupo: o da sociedade urbana - através de certas falas que lhes são comuns, pelo freqüentar a mesma igreja, pela escolha do time de futebol, pelo consumo, etc.

A comunidade assentada realiza seu movimento no sentido de se aproximar do

meio urbano através da produção de sentidos sociais para essa relação: consumindo, escoando na cidade sua produção, atuando politicamente através das instâncias de participação popular, planejando oferecer à comunidade urbana o retorno do espaço do horto, como um espaço de lazer etc.

Nessa aproximação, há muitos "outros" que na relação de diálogo estabelecida com os assentados, os nomeiam, os identificam. O outro de Vergel é a escola que recebe suas crianças, seus jovens. São os conteúdos de ensino baseados no meio urbano, que orientam e padronizam as práticas. São os currículos do ensino formal que desconsideram a experiência dessas crianças. O outro de Vergel é a imprensa que monitora as experiências dos assentados e as comunicam à sociedade. É o outro da mídia que interpreta esses sujeitos e produz verdades sobre eles. São as diferentes igrejas que recebem os fiéis da comunidade ou que no Assentamento realizam pregações. São os políticos que em época de eleições realizam suas promessas de porta em porta. O outro é também o comerciante que lhe concede ou nega o crédito, é o feirante que compra

¹¹ Goffmann (1975) afirma que grupos minoritários experimentam a exclusão na relação com a sociedade, através do estigma. Os estereótipos e estigmas são produzidos dentro de uma lógica racional, a partir da diferença que estabelece padrões de normalidade e de humanidade.

suas mercadorias, é o sistema público municipal.

Os outros da comunidade também somos nós, estudantes universitários ou pesquisadores, que “invadimos” seu cotidiano para indagar sobre seus processos, para conhecer as trajetórias daqueles sujeitos, observar suas metodologias, estudá-los. Nessa relação, esses diferentes agentes produzem interpretações sobre a comunidade e seus sujeitos e ao dizê-los, também os produzem. Mas, o movimento inverso também se realiza. Nessa relação de alteridade também nós, todos esses “outros”, somos interpelados... Também somos significados.

Mas, esse movimento de aproximação é uma prática que precisa ser vista dentro do contexto em que é produzida. E aí, há uma importante discussão: como se orientam tanto as políticas quanto os discursos públicos sobre a reforma agrária? Quais são as referências que estão sendo produzidas sobre “os sem-terra” no imaginário social?

Os discursos presentes na mídia sobre movimentos sociais, por exemplo, são

importantes formadores de referências. Se a mídia se coloca a serviço da construção de determinados sentidos sobre o que é o “cidadão ideal”, dentro do modelo de sociedade estabelecido, tudo o que fuja desse padrão de cidadania é, então, questionado.

É comum perceber, na fala dos assentados, uma constante contraposição entre “eles” e “os outros”. Mas os lugares de sujeito se modificam: ora se colocam como os outros, ao seu lado, defendendo sua forma de conceber o mundo, ora fazem o movimento inverso. Ao se perceberem sem-terra num ambiente em que o conceito de sem-terra deve ser trabalhado para ser aceito, incorporado pelo “outro”, os assentados remetem suas falas a afirmações positivas, apelando a valores socialmente válidos: *solidariedade, trabalho, mundo melhor...* Mas, em muitos depoimentos, as próprias pessoas assentadas expressavam uma resistência à incorporação da identidade assentada, pois também a entendiam por uma falta, por uma representação negativa.

Esse “outro” que interpela os assentados não é apenas o cidadão urbano de Mogi-Mirim ou Itapira, não é somente o

comerciante que lhe questiona o crédito, ou o servidor público que, ao preencher a ficha de atendimento dos assentados, lança um olhar de diferença sobre esses sujeitos. Esse outro é também o próprio assentado que vez ou outra estabelece uma diferenciação significativa entre a sua condição de integrante de movimento social e a de outros sujeitos também sem terra, vinculados a grupos sociais ou tendências diferentes das suas. É aquele que, sem perceber, luta contra a própria imagem de “sem terra”, produzida em sua experiência transgressão às regras postas, imagem essa que ora é afirmada, ora negada... Sem sequer se dar conta, já incorporou alguns estigmas, certas representações negativas sobre os integrantes de movimentos sociais, baseadas em visões conservadoras e estabilizadoras de sociedade.

SUBJETIVIDADES EM PRODUÇÃO

Individualmente, cada um desses sujeitos se constitui no drama, no jogo das diferentes relações que estabelece e nas diferentes posições que ocupa ou funções que desempenha na vivência destas

relações¹². A identidade assentada é uma dentre várias identidades possíveis para esses sujeitos.

Na vivência em comunidade, ser criança, jovem, adulto, idoso, masculino, feminino, heterossexual ou não, pertencer a um grupo religioso ou não, negro, branco, saber ler, estudar, trabalhar, pertencer à liderança ou não, ser filho, filha, pai, mãe, avô, avó, agregado, professor, aluno... enfim, inúmeros predicados localizam o indivíduo em determinados grupos, nas estruturas familiares, comunitárias e sociais. São papéis e funções importantes de serem observadas pois são elas que constituem esse indivíduo enquanto sujeito singular na vivência do coletivo.

Dadas as condições espaciais de organização comunitária, pelo menos nos lugares públicos, como no Núcleo¹³, na

¹² Segundo Vigotski no Manuscrito de 1929, o sujeito é “sujeito de relações sociais”. (Vigotski, 2000 – Educação e Sociedade - Revista quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES no.71 - Campinas: CEDES)

¹³ O Núcleo Educativo Casa da Criança do Vergel foi um projeto pensado e realizado em conjunto entre a comunidade e o grupo de estudantes em atividades de extensão, com o objetivo de criar no assentamento um espaço lúdico e educativo múltiplo, voltado às necessidades da comunidade. Sob responsabilidade de um grupo de mulheres, ele funcionou, inicialmente, como

Associação dos Pequenos Produtores e no Convívio, essa divisão não é extremamente rígida: jovens, adultos e velhos realizam suas atividades ao mesmo tempo e no mesmo espaço em que as crianças brincam e até mesmo alguns animais transitam. Mas, se a ocupação do espaço não reflete essa divisão logo a primeira vista, vemos que ela se materializa principalmente nas atribuições de funções e na ordenação das prioridades da comunidade.

No estudo que realizei sobre o tema, procurei abordá-lo a partir da categoria idade, considerando-a como uma construção social¹⁴. Essa é uma das muitas

categorias possíveis para o estudo desta temática. A idade estabelece entre os indivíduos uma marca de pertencimento e de adequação muitas vezes subliminar. Lloret (in Larrosa, 1998) afirma que:

“Os anos nos têm e nos fazem; fazem com que sejamos crianças, jovens, adultos ou velhos(...) nos situa uns e outros em grupos socialmente definidos. O continuum de um processo existencial próprio fica assim parcializado numa sucessiva adscrição a grupos de idade que nos marcam determinadas práticas quotidianas, certas possibilidades sociais e uma imagem cuja pertença ou não-pertença devemos assumir (...) Pertencer a um grupo de idade significa ter que adequar-se a uma normativa bastante precisa: em cada idade, podemos ou não podemos fazer, devemos (como se viver fosse dívida) fazer uma série de coisas e sobretudo temos de levar muito em conta os possíveis desvios com relação aos modelos socialmente sancionados.”

Ao nos definir idade dessa forma, a autora denuncia um mecanismo de produção de subjetividade altamente poderoso e que muitas vezes, dele não nos damos conta. A

creche. Posteriormente, como espaço de oficinas, onde foram desenvolvidos projetos como a horta, a produção de vassouras, a pintura em gesso, etc., comportou uma sala de jogos e brinquedos, uma biblioteca, ofereceu cuidados, brincadeiras, alimentação e atividades de reforço escolar às crianças inscritas, entre várias outras atividades. Resultado de muitas reflexões em conjunto sobre educação e infância, o Núcleo foi o espaço da criança no Assentamento de Vergel. Esse projeto foi desativado em maio de 2001 por falta de recursos para sua manutenção. Atualmente (novembro/2001) há um novo movimento do grupo de mulheres com o objetivo de reabrir o Núcleo, através de sua institucionalização como entidade filantrópica. A reflexão sobre os processos do Núcleo consta de um capítulo especial no TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, de minha autoria: *Histórias de Identidades no Assentamento de Vergel*. (exemplar na Biblioteca da FE/UNICAMP)

¹⁴ Lenoir (1998) afirma que idade “não é um dado natural, embora possa servir de instrumento para avaliar a evolução biológica dos indivíduos ...

Ainda mais: a idade não é um dado imediato da consciência universal (...), e, citando M. Halbwachs, conclui: “É, portanto, uma noção social, estabelecida por comparação com os diversos membros do grupo.”

idade é um dos componentes de produção das imagens sobre ser humano da sociedade moderna e ocidental: o ser adulto, masculino, branco, de classe média, heterossexual, cristão... A identificação com estas imagens produz uma forma de organização ou possibilidades de agrupamentos sociais que ao mesmo tempo que “inclui” pela identificação dos pares, produz um intenso mecanismo de exclusão dos diferentes.

Neste jogo de imagens concorrentes, os sentidos produzidos para a idade adulta designam significados associados com a imagem do “auge” da condição humana, em termos etários. A infância e a juventude sob esta ótica são tomados como períodos em que os sujeitos estão situados na condição de “vir a ser” adultos. Enquanto que velhice localiza os sujeitos na condição de “não mais”.

CRIANÇAS E JOVENS: NOVOS SENTIDOS DE IDENTIDADE

Tanto as crianças como os jovens compartilharam, no início de sua história no Assentamento, de uma experiência de deslocamento, de “não-identidade” muito significativa, que repercutiu diferentemente

em suas formas de lidar com a novidade, de se integrarem à comunidade.

Eram crianças e jovens vindos da realidade de periferia urbana. Embora convivendo em comunidades pobres, estavam acostumadas a um certo tipo de conforto que é oferecido na cidade - a eletricidade e suas benesses: o chuveiro, o banho quente, a TV, o som, a geladeira... Além disso, havia a escola do bairro, o transporte, o lazer... Nos primeiros meses da ocupação, entretanto, as condições de higiene, conforto e principalmente lazer em Vergel eram extremamente precárias.

Essas pessoas foram “retiradas” de seu meio. Em suas comunidades de origem participavam de grupos sociais, no bairro, na igreja, na escola, no trabalho... Elas foram conduzidas a um horto: imensamente verde, chão de terra, longe da eletricidade, da cidade, dos amigos. Rejeitaram, naturalmente, a vida rural, por não terem quaisquer vínculos com a terra. Pela falta da cultura rural¹⁵, expressaram essa rejeição de várias formas.

¹⁵ Não é possível pensar uma cultura rural a ser desenvolvida com as crianças e jovens do assentamento, senão a partir de uma visão de "cultura do rural", que são valores que os irão aproximar da nova realidade a que pertencem, onde o lidar com a terra adquire uma

As crianças, por exemplo, catavam as frutas ainda verdes das árvores para brincar de atirar, matavam passarinhos e pequenos animais, sujavam a água e o convívio em geral. Mesmo nas brincadeiras entre elas, a relação corporal era intensa, de movimentos largos, bruscos e às vezes, agressivos. Num primeiro momento, essas atitudes das crianças na relação com o horto poderiam ser consideradas contraditórias. Como destruir o espaço que lhes acolhe? Foi preciso compreender que aquela aparente violência que lhes era própria, aquela manifestação corporal, era uma forma de linguagem. Era uma forma de transgressão, sim, um grito contra a situação a que estavam submetidos e para a qual não estavam preparados. Reagir fisicamente era uma das formas de apreensão desse “novo”: o espaço do horto e a nova forma de organização familiar no meio rural, muito diferente do que conheciam.

importância fundamental. Vale lembrar, entretanto, que essas crianças e jovens do assentamento são pessoas que possuem a cultura urbana de periferia, e que também sofrem a influência cultural dos meios de comunicação de massas. Além disso, o Assentamento é muito próximo das cidades de Mogi-Mirim e Itapira e as relações sociais com essas cidades acontecem no cotidiano. Não há como trabalhar a formação para o trabalho, por exemplo, numa perspectiva puramente rural para essa comunidade.

Hoje a realidade é outra. Nesses últimos três anos as crianças já se conhecem entre si. Por conta de sua natureza socializadora, estabeleceram vínculos de amizade, de sociabilidade. Alguns dos confortos urbanos já fazem parte da realidade de muitas famílias. As crianças hoje têm onde estudar, onde brincar, o que comer. Além disso, o processo de enraizamento já está acontecendo. As crianças acostumaram seus olhos a outras paisagens: as árvores, o lago, as construções, a fauna já não lhes são estranhos. Até manejam alguns instrumentos de trabalho: a enxada, a carroça, os animais.

Antes, eram “invasores”. Viviam a insegurança de não ter certeza de seu lugar. Hoje, como os “sítios” foram demarcados, algumas das casas estão construídas, já podem identificar aquele espaço como seu: como sua referência, seu lar. Aquelas pessoas desconhecidas hoje são seus vizinhos, seus amigos, sua comunidade. Essa familiarização com o Assentamento pode ser observada através da forma como o espaço foi apropriado: se, a princípio, as brincadeiras destruíam as árvores, os prédios, os espaços públicos, hoje isso já não acontece.

JOVENS DE VERGEL: IDENTIDADES ERRANTES

Entre os jovens, a situação não foi diferente. Quando chegaram em Vergel não tinham nada. A maioria dessas pessoas sequer se conhecia. A ausência de atividades recreativas, esportivas ou socializadoras, gerava tanto ociosidade como ansiedade muito grandes nesses jovens. Para uma boa parte desses jovens, participar da ocupação foi um rompimento grande com seus projetos de vida. Além disso, nem todos foram integrados à escola logo no primeiro ano. Alguns trabalhavam fora do Assentamento, outros não tinham sequer trabalho.

Muitos desses rapazes e garotas eram “grandes” o suficiente para não serem mais vistos como crianças, e ainda não tinham idade para serem incorporados no trabalho¹⁶. As urgências da Ocupação eram outras: produzir a sobrevivência e construir

o espaço coletivo. O jovem ficou relegado a um plano distante nas agendas da comunidade por algum período.

A experiência do jovem de Vergel é carregada de perdas, de solidão, de angústias, de tentativas de reconstrução de sentidos. A questão da identidade social, nesse segmento da comunidade, é muito séria, pois quando vieram para o Assentamento sofreram um deslocamento identitário: perderam não apenas suas raízes espaciais, como as relacionais: perderam suas identidades de jovens de periferia urbana.

Procurando não generalizar e sem deixar de considerar que a exclusão social também ocorre no meio urbano das mais diferentes formas, pode-se perceber que os jovens de Vergel têm mais possibilidade de sofrerem com a estigmatização pois vivenciam uma dupla exclusão¹⁷: por serem pobres e por viverem no Assentamento.

¹⁶ O trabalho na roça, para o jovem de periferia urbana, é um trabalho pesado. Quando se nasce no meio rural, a rotina do campo é mais facilmente apreendida: os horários, as atividades, acabam fornecendo uma rotina que quem é produzido nela não questiona. Mas, quando se tem que adquirir não só o conhecimento sobre esse novo ambiente, esse *tempo da terra*, as novas formas de trabalho, como também o compromisso com ele, um novo processo educativo se impõe.

¹⁷ Quando se é um jovem de Vergel, a comunidade urbana o localiza: freqüentam “aquela” escola e tem que estar no ônibus da Prefeitura, que serve a comunidade, “naqueles” horários determinados. São marcas que acabam dizendo esses jovens... lhes inferindo a identidade sem-terra. Essa identidade, entre as outras identidades desses jovens (raça, credo, classe, sexualidade, idade, gênero etc.), assume uma dimensão por vezes assustadora para eles, por que não foi desejada e não sabem como negá-la... Em algumas de suas falas, demonstravam

Assim como aconteceu com as crianças, os anos de convivência, a melhoria nas condições de moradia, o estabelecimento de vínculos de amizade, companheirismo e trabalho, mudou a realidade desses jovens. Nesse processo de enraizamento, organizam-se em grupos, segundo interesses mais específicos: diversão, escola, religião, esporte etc. Muitos estudam na cidade, à noite. Fazem parte dos grupos de trabalho, dos grupos familiares. Alguns já se aproximam dos processos de produção no ambiente rural: já não têm preconceito de trabalhar no campo e aprender o trabalho com a terra.

Por suas falas, percebe-se que para eles e elas, “estar sem-terra” ou “estar assentados” é condição transitória. Acreditam que é uma fase, e que depois, vão reorganizar suas vidas na cidade, junto ao grupo de colegas que deixaram em suas vizinhanças de origem. Aproveitam esse período no Assentamento para estudar,

ter “vergonha” de serem assentados, já que a condição de sem-terra já imprime nas representações sobre esses sujeitos, os estigmas da exclusão social. Esses sentidos da falta, da diferença, da exclusão são tidos como negativos por esses jovens. E têm um peso muito grande na relação com a sua auto-imagem, com a consciência de si e a assunção de uma identidade, sem-terra ou não.

colocar os estudos em dia, para quando voltarem ao mercado, estarem em melhores condições educacionais, e assim, podendo competir por melhores postos.

A assunção da identidade assentada, para a maioria dos jovens, só acontece quando eles ou elas constituem família. O trabalho com a terra passa a ser uma opção para garantir sua sobrevivência, seu trabalho e sua moradia no Assentamento. Sua identidade errante busca a acomodação no espaço da comunidade e o jovem, então, realiza seu movimento em direção ao mundo da adultez.

A IDENTIDADE URBANA DO ADULTO – O VÍNCULO COM O TRABALHO

O outro do adulto é a sua referência de humanidade. Mas é também a sua referência de sujeito urbano, que constitui sua forma de se ver no mundo. Esses sujeitos carregam experiências vividas num mundo marcado pela lógica liberal da organização social: a ênfase do econômico, do consumo, do lucro, onde há posições hierarquizadas e o status é marca de subjetivação.

Os assentados de Vergel ordenam o mundo a partir de uma visão de sujeito racional. Suas falas estão impregnadas de positividade, de concretude, de verdades advindas de uma visão tradicional de mundo. Sua moralidade é fundamentada nos preceitos cristãos. Seus valores são pautados na retidão, no trabalho, na disciplina. Sua visão de família é tradicional, e a divisão sexual de tarefas reproduz esse tradicionalismo.

Para os adultos de Vergel, nas narrativas de seus percursos de vida, a origem rural foi marcante para que essas pessoas optassem por integrar o movimento social de luta pela reforma agrária. Os processos de migração são recorrentes em quase todas as falas. Entretanto, para essa maioria adulta, a verdadeira motivação para participar do processo de ocupação de Vergel não foi política, ou de volta às origens. Os processos de precarização de sua condição social no meio urbano, pela perda de seus empregos, a experiência da exclusão do mundo do trabalho, foram decisivos para essa escolha.

Para o assentado adulto de Vergel, o trabalho tem uma função muito grande em sua auto-identificação. A representação

corrente sobre o trabalho é esta: estar empregado significa possuir a dignidade, “ser gente”. As visões conservadoras sobre os papéis sociais masculinos são muito importantes para a criação dessas representações. O homem que não é capaz de se manter em um emprego ou ter qualquer tipo de trabalho que lhe permita oferecer condições de suprir a sobrevivência dos seus, perde as referências, sofre com a baixa estima, sente-se incapaz em sua humanidade.

O DESLOCAMENTO DA IDENTIDADE

O movimento social de luta pela terra foi convocado como espaço de realização da esperança: da reinserção social, do acesso à propriedade, ao ganho financeiro e à retomada do consumo, buscando uma certa estabilidade na relação com o trabalho, moradia, alimentação e segurança para criar os filhos.

Mas, para muitas pessoas, integrar o movimento social significou realizar o rompimento com seus projetos de vida. As experiências vividas na cidade lhes conferiam a identidade urbana. Suas vidas foram planejadas a partir de referências de urbanidade. A opção por integrar a

ocupação, na maior parte dos casos, foi um duro momento interior de resignificação dos projetos e de recriação de objetivos de vida, de início de construção de um novo processo identitário. Tanto que, durante entrevistas, muitas pessoas ainda se identificavam através de referências do modo de vida urbano. Ao falar de profissões, por exemplo, mesmo já estando no assentamento há algum tempo, ainda se diziam pedreiros, eletricitas, carpinteiros, operários, frentistas entre outras. O próprio trabalho com a terra, com a produção agrícola, tornou-se um “outro” nesse processo de construção identitária, pois se apresentava como algo novo, que interpelava os saberes daqueles sujeitos, algo a ser desvelado, a ser aprendido.

Mas, esse movimento de deslocamento de referências identitárias verificado no segmento adulto, não está presente na fala dos sujeitos mais velhos de Vergel, para quem, voltar à terra significava a volta às origens. Esses sujeitos mais velhos, quando indagados sobre suas profissões, sempre se afirmavam como agricultores ou lavradores. Em sua maioria, essas pessoas têm na origem rural o início de sua trajetória de vida. As profissões que tiveram ao longo dos anos, no ambiente

urbano, foram circunstanciais e lhes deram identidades transitórias. A identidade de trabalhadores com que se nomeiam é a rural.

A VELHICE DE VERGEL

Essas pessoas possuem não só a história a ser contada: elas trazem consigo saberes e costumes relevantes para se apreender a sociabilidade do trabalhador rural. Ao interagirem com os membros mais jovens, podem transmitir-lhes os significados que são produzidos na sociedade – os valores, a história, a cultura. Trazem informações que remontam às suas infâncias, à sua participação na economia familiar de origem: normalmente pequenos produtores rurais.

O idoso de Vergel não se localiza na Velhice. O conceito que os assentados possuem sobre velhice está desvinculado das representações sobre idade. Ter idade não é ser velho. A concepção que apontam sobre velhice é aquela vinculada à falta, ao declínio, à incompetência produtiva, à doença. Ao mostrar sua fragilidade física, sua vulnerabilidade, que se acentua com o passar dos anos, esses sujeitos se percebem como aquele que “decai” em sua referência

de humanidade (especialmente a masculina), enxergando-se como seres da falta. Para fugirem desse referencial, as pessoas de mais idade reforçam sua capacidade produtiva, sua possibilidade de existir no campo através do trabalho. O trabalho do campo é o trabalho do homem forte e viril, da mulher valorosa, “sacudida e trabalhadeira”, é o trabalho da resistência física, da saúde.

Essa concepção de sujeito da saúde, da vontade de trabalho é reforçada por dispositivos que invocam sua condição natural e a associação com imagens da natureza, dos sentidos de vida, vinculados à capacidade produtiva. Esses saberes estariam voltados aos conhecimentos da natureza à sua localização como sujeitos capazes de apreender e decifrar essa natureza: seus segredos, seus mistérios. A natureza está presente não apenas nas suas falas, mas em suas práticas percebe-se a reverência aos fenômenos naturais e sua associação a determinismos de ordem divina.

É neste segmento da comunidade: na velhice, que se percebe mais claramente um desejo de ingressar no movimento como uma possibilidade de volta às

origens. Algumas dessas pessoas vieram para o movimento para retomar, em sua trajetória de vida, o trabalho no campo.

Ao retornar à terra, o homem e a mulher idosos buscam seu passado, sua lembrança de um tempo que ficou inscrito na memória e que lhes fornecem certas referências estabilizadoras então construídas: tradição, a família, o trabalho e a moral. São referências que se localizam numa determinada época e que, passados 20, 30 ou 40 anos, ainda lhes servem de base para pensar o mundo.

POR ENQUANTO...

A minha intenção ao realizar este relato não foi a de chegar a conclusões ou fazer afirmações “verdadeiras” sobre a questão da identidade desses sujeitos de Vergel. Foi muito mais uma tentativa de interpretação dos percursos e das dinâmicas desse grupo. Mais do que interpretá-las, percebo que suas histórias, suas práticas, suas metodologias têm muito a nos ensinar.

Essas pessoas realizam um belo movimento de resignificação de suas vidas, unidas no espaço e na luta pela sobrevivência. Com vontade de mudar e

com criatividade, vão buscando novos caminhos para a produção de suas existências, tendo como base de ação o trabalho coletivo. Assim, se encaminham ao pleno exercício de sua cidadania, de sua dignidade social, nesse movimento de deslocamentos, mudanças, criação e produção de sentidos.

Ao realizar essa incursão a esse “novo”, trazendo um pouco da história dessas pessoas – crianças, jovens, adultos e velhos de Vergel, em movimento de resignificação de suas trajetórias, espero ter contribuído de alguma forma para a aproximação desses “outros”, tão radicalmente diferentes de nós e ao mesmo tempo tão semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Marisa Vorraber. Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. In: CANDAU, Vera M. (Org.) **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 29-46.
- DEBERT, Guita Grin. (org.). Antropologia e Velhice. **Coleção Textos Didáticos**, Campinas, n.13, 1994.
- ELLIOT, Elias. **Para haver amanhã**. Campinas, SP: [s.n.], 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- _____. **Microfísica do poder**. 15. ed. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Grahal, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Conscientização : teoria e prática da libertação**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- _____. **Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- GOFFMANN, E. Estigma e Identidade Social. In: **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975 (p.11-50)
- GOHN, Maria da Glória M. **Educação Não-Formal e cultura política – Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999 (Col. Questões da Nossa Época, v.71).
- _____. **História dos Movimentos Sociais – A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- _____. **Movimentos Sociais e Educação**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1994 (Col. Questões da Nossa Época, v.5).
- _____. **Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola, 1997.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Socialização e Recalque: a criança negra**

no rural. In: **Cadernos Cedes**, nº 32, Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____. Linguagem, Cultura e Alteridade: imagens do outro. **Cadernos de Pesquisa**, nº. 107 S.Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora Autores Associados. Julho de 1999 pp. 41-78

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad.: Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro - 4a. edição - Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KOUBI, Pr. Geneviève, **Entre sentimentos e ressentimentos - as incertezas de um direito das minorias** (Tradução: Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré), 2000 - no prelo.

LARROSA, Jorge, e LARA, Núria Perez de. **Imagens do Outro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Tecnologias do Eu e Educação. in SILVA, Tomaz Tadeu (Org.), **O sujeito da Educação – Estudos Foucaultianos**. 4^a ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In MERILLIÉ, et al. **Iniciação à prática sociológica**. Trad.: Guilherme J. de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (p.59-106)

LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In LARROSA, Jorge, e LARA, Núria Perez de. **Imagens do Outro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 (p.13-23).

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma análise marxista**. 11^a ed., São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo:

Paulus, 1997. (Coleção Temas da Atualidade)

MELO, Denise Mesquita de. **A Construção da Subjetividade de Mulheres Assentadas pelo MST**. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação /UNICAMP, Campinas, SP: 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso - Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

RODRIGUES, Suzy Lagazzi. Deixar a cidade. Vir para a terra. O discurso urbano em movimento. In: **RUA** (Revista do NUDECRI-UNICAMP), Campinas, 5:39-46, 1999.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. Campinas: Ed. Alínea, 1999.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Col. Educação pós-crítica)

THIOLLENT, Michel. “Uma contribuição à Pesquisa-Ação no campo da comunicação sociopolítica” **Educação & Sociedade**, ano III, n.9, maio de 1981, p. 49-64.

Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca
Pedagoga, mestranda em Educação, integrante
do GEMDEC - Grupo de Estudos Movimentos
Sociais, Demandas Educativas e Cidadania –
Faculdade de Educação/UNICAMP.
e-mail: mmbll@uol.com.br

Artigo aceito em: 13/12/2002